

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Diário de Cuabá*

Class.: 1370

Data: 16.01.90

Pg.: _____

No respect for the Yanomani, no money at all

Por Mauro Antonio Moraes Victor *

Enquanto Yanomani e garimpeiros travam batalha de vida e morte em Roraima, nos gabinetes do Planalto os burocratas travam outra batalha: A batalha baicha-reslesca e de trocadilhos sarcásticos para justificar o injustificável.

Retirar os 40 mil garimpeiros das reservas indígenas Yanomani para instalá-los no "Colchão Amortecedor" ou espaço envoltório dessas reservas, constituídas por áreas da Floresta Nacional (Flona) de Roraima, é manobra primária, esta manobra substancialmente não diminui o risco para os indígenas e para a integridade da Flona. Se é verdade que as reservas indígenas são invioláveis pela Constituição, também é verdade que as Flonas, pela legislação vigente, não admitem atividades predatórias, como por excelência é a mineiradora. Onde entra o garimpeiro, a mata é destruída, os rios são assoreados e contaminados por mercúrio, a caça desaparece e a vida dos povos da floresta torna-se impossível.

Sob o ponto de vista conceitual das Flonas devem privilegiar primordialmente a exploração comercial de madeira, sob o chamado "manejo autosustentado", como o que se realiza experimentalmente na Flona de Tapajós.

Desta forma o recente decreto presidencial nº 98.812 de 09 de janeiro de 1990, feito de encomenda para dar fachada legal à invasão da Flona de Roraima deve ser denunciado pois abre também perigoso precedente, tomando vulnerável toda a rede de Flonas que perfaz mais de 40 milhões de hectares na Amazônia Legal (somadas as áreas propostas e já criadas). Imagine se a moda pega; essas Flonas não resistiriam à pressão dos mais de 1 milhão de garimpeiros hoje vivendo na Amazônia.

Ademais, essas áreas da Flona de Roraima para onde seriam transferidos os garimpeiros estão interditadas por decisão judicial, sob a alegação de que também são território Yanomani.

Esta situação porém não causa espanto. Tem sido uma constante na história da predação do patrimônio natural, humano e cultural da Nação, sistematicamente destruindo apesar da lei. A primeira legislação ambiental feita no Brasil data de 1.594 quando a Câmara de São Paulo proíbe o corte dos pinheirais, prevendo severas penalidades aos infratores. Depois, uma enxurrada de leis e decretos não obstante, os pinheirais que originalmente vestiam mais de 19 milhões de hectares do sul do país, hoje estão reduzidos a míngua de 500 mil hectares...

E as "penalidades aos infratores" sempre foram uma piada.

Da mesma forma, mestre Flávio Garcia ensina que a primeira reserva nacional data de 1.911, quando mal, Hermes da Fonseca cria no território do Acre uma

área de 2,8 milhões de hectares. Até hoje essa reserva não foi implantada nem o decreto revogado!

A tragetória atual dos Yanomani também é mera continuidade do processo de extinção dos povos indígenas, apesar do virtuosismo legisferante.

Dos 6 milhões de índios existentes à época do descobrimento, sobrevivem hoje 220 mil. De acordo com os dados do Cedi, dos 400 Yanomani que em 1987 viviam na região do Paapiú, estima-se que a metade tenha morrido, vítima da malária e outras doenças introduzidas pelo branco, já que seus organismos estavam minados pela destruição e intoxicação mercurial.

Insensíveis ao genocídio, os burocratas de Brasília ainda se dão ao luxo de tripudiar sobre as vítimas com frases de efeito e trocadilhos de mau gosto.

"A questão Yanomani está sendo tratada com açúcar e com muito afeto, do jeitinho brasileiro", debocha o ministro da Justiça.

Ao que o procurador geral muito apropriadamente rebate:

"Com tanto açúcar esta nação acaba morrendo de diabéticos..."

Ou ainda, o ministro da Justiça, desdenhando da ameaça de prisão de seu diretor geral da Polícia Federal, feita pelo mesmo procurador geral:

"A única cadeia que o diretor merece é a cadeia de televisão..."

Aos amantes desse gênero de tertúlia, cabe advertir: "No respect for the Yanomani, no money at all".

Aqui, justamente entra um fator complicador capaz de mudar radicalmente a predação secular: A par da resistência da cidadania e de um Ministério Público corajoso, existe a pressão da comunidade ambientalista internacional que pode chegar ao extremo de barrar a entrada de dinheiro novo no país e bloquear a entrada de produtos brasileiros no exterior.

A era dos ambientalistas românticos acabou. A economia se internacionalizou e o meio ambiente também.

Agora mesmo, o governo negocia um pacote de recursos externos para programas ambientais no país; deste constam mais de US\$ 150 milhões do Banco Mundial; 100 milhões DM. Da Alemanha Ocidental, US\$ 2 bilhões do Canadá que incluem projetos no Acre. Certamente o episódio dos Yanomani, de grande visibilidade internacional, afetará essas negociações. É a única linguagem que este acampamento de mercadores, em que se converteu a nação, entende depressinha!

O Governo Collor, que estuda o perdão parcial da dívida externa, trabalha dentro deste balizamento; seu provável ministro das Relações Exteriores, Rubens

Ricupero, já sinalizou: "Para tornar possível o fluxo de capitais externos de risco (na forma de investimento ou empréstimo) o novo governo precisa articular uma política externa combinada com o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente".

Tampouco pode o garimpeiro entrar como vilão nessa história. Comprovou-se que 70% dos invasores das reservas indígenas Yanomani são originários do Maranhão, de onde saíram pressionados pela questão agrária não resolvida e indultados pelo mesmo governo. São apenas o elo final e mais sofrido de poderosa cadeia evadida no enriquecimento fácil. Claro que a questão agrária é o pano de fundo desta tragédia moderna. Até o insuspeito Antonio E. de Moraes (suspeito de contaminação lulista) já chegou a conclusão da necessidade da reforma agrária, e putou um elementar exercício aritmético: "Dos 200 milhões de hectares de terras agricultáveis existentes no país, apenas 50 milhões de hectares são usados racionalmente".

Se o governo Collor enfrentar a questão agrária com os mesmos subterfúgos e paliativos do atual (com o "jeitinho brasileiro"), por certo a questão indígena e a questão da conservação dos recursos nas florestas nacionais se agravarão nos próximos anos, afetando, de cambulhata, todo o quadro econômico interno e externo.

É só conferir!

* Mauro Antonio Moraes Victor é Eng. Agr. especializado em Ciências Florestais pela USP. Com pós-graduação em planejamento de terras em Wageningen, Holanda. É sócio fundador da SOS - Mata Atlântica e vinculado a Oikos - União dos Defensores da Terra.